

GUERRA DA UCRÂNIA (2022-): DILEMA DA SEGURANÇA OU NEORREVISIONISMO RUSSO?

NATÁLIA CRISTINA DE ARAÚJO^{1 2}

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso da Guerra da Ucrânia utilizando a metodologia de *process-tracing*, com o intuito de avaliar e testar duas hipóteses principais: a hipótese de que a Rússia apresenta uma natureza conservadora em suas ações na guerra da Ucrânia, motivada por um dilema da segurança e advinda da teoria do realismo estrutural de Mearsheimer; e a hipótese de que suas ações são, na realidade, de motivação predatória, advinda da política revisionista adotada por Vladimir Putin. Através dessa abordagem, busca-se analisar como as dinâmicas de segurança, a expansão da OTAN e a visão de Putin sobre o renascimento da Rússia influenciaram suas decisões. O estudo investiga as decisões políticas da Rússia e as reações de outros atores internacionais, com o objetivo de identificar qual das teorias pode melhor se adequar à explicação do fenômeno. Ao aplicar o *process-tracing*, a pesquisa busca rastrear as sequências de eventos que levaram à escalada do conflito e contribuir para uma elucidação das motivações por trás da guerra.

Palavras-chave: Guerra da Ucrânia, Dilema da Segurança, Política Revisionista, Realismo Estrutural.

ABSTRACT

This study aims to conduct a case study of the Ukraine War using the process-tracing methodology in order to evaluate and test two main hypotheses: the hypothesis that Russia displays a conservative nature in its actions during the Ukraine War, motivated by a security dilemma and grounded in John Mearsheimer's structural realism theory; and the hypothesis that its actions are, in fact, driven by predatory motivations stemming from the revisionist policy adopted by Vladimir Putin. Through this approach, the study seeks to analyze how security dynamics, NATO expansion and Putin's vision of Russia's resurgence influenced his decisions. The research examines Russia's political decisions and the reactions of other international actors, aiming to identify which theoretical framework better explains the phenomenon. By applying process-tracing, the study seeks to trace the sequence of events that led to the escalation of the conflict and to contribute to clarifying the motivations behind the war.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

² Artigo orientado pelo Prof. Dr. Flavio Pedroso Mendes apresentado na qualidade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Keywords: Ukraine War, Security Dilemma, Revisionist Policy, Structural Realism.

1. Introdução

A Guerra da Ucrânia, conflito que teve início em 2014 e se intensificou em 2022 com a invasão russa do território ucraniano, representa um dos mais significativos conflitos do século XXI e é motivo de atenção global devido às suas implicações geopolíticas e de segurança internacional. Dada esta questão, este estudo tem como objetivo realizar o teste e comparação entre duas teorias do campo de Relações Internacionais para a análise do comportamento da Rússia e das suas motivações para a guerra: o realismo estrutural de John Mearsheimer e a política revisionista, que procura relacionar sua adoção por Vladimir Putin, atual presidente da Rússia, através das suas ações. A partir dessa análise, a presente pesquisa busca investigar qual dessas abordagens pode oferecer a explicação mais adequada para o fenômeno da Guerra da Ucrânia. Mais especificamente, o estudo se propõe a aplicar a metodologia de *process-tracing*, que foi escolhido para permitir identificar e reconstruir os mecanismos causais que ligam as decisões políticas e estratégicas da Rússia às dinâmicas internacionais que antecederam a Guerra da Ucrânia. Segundo Van Evera (1997), essa abordagem é especialmente útil pois possibilita detalhar a sequência de eventos e avaliar de que forma variáveis independentes produzem determinados resultados.

A explicação do comportamento de Estados relacionados em contextos de conflito e instabilidade internacional é um dos principais desafios dentro do campo das Relações Internacionais. Das hipóteses a serem analisadas no presente trabalho, o realismo estrutural, amplamente associado ao autor John Mearsheimer, afirma que a ordem internacional é caracterizada pela busca contínua dos Estados por segurança e poder, e que a expansão de alianças militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pode ser percebida como uma ameaça existencial por grandes potências - como a própria Rússia -, levando-os a adotar posturas agressivas (Mearsheimer, 2001). Por outro lado, a política revisionista de Putin, que pode ser vista como uma tentativa de restaurar o prestígio e a influência da Rússia na região pós-soviética, sugere uma motivação mais ambiciosa e mais ideológica, que vai além da busca por segurança e se aprofunda na tentativa de restauração do império russo (Schweller, 1994; Sherr, 2013; Galeotti, 2017). Diante disso, ao comparar essas duas abordagens, este estudo visa explorar o seguinte questionamento: qual das teorias pode ser melhor aplicada na explicação do conflito entre Rússia e Ucrânia? A pesquisa parte da hipótese

de que o dilema de segurança, conforme formulado por Mearsheimer, oferece uma explicação mais adequada para a Guerra da Ucrânia do que a perspectiva revisionista. Embora traços revisionistas também estejam presentes na retórica e nas ações de Putin, a análise sugere que a lógica de segurança e reação à expansão da OTAN desempenhou papel central, confirmando a hipótese em grande parte.

O objetivo deste trabalho pode ser considerado na avaliação das duas explicações - realismo estrutural e política revisionista -, na qual é visada a contribuição para o debate acadêmico nas Relações Internacionais sobre as possíveis causas da Guerra da Ucrânia. A análise do conflito pode oferecer uma abordagem comparativa entre essas lentes teóricas em um cenário de conflito contemporâneo, com implicações diretas para a segurança e estabilidade da Europa e para o cenário internacional de maneira geral.

Para tanto, será realizado um estudo de caso com base na metodologia de *process-tracing*, referida previamente. Em relação à estrutura do trabalho, a primeira seção será dedicada à revisão da literatura sobre os principais conceitos das abordagens teóricas a serem discutidas durante a pesquisa: o realismo estrutural, com destaque para as ideias de Mearsheimer, e a análise da política revisionista de Putin, com foco nas ações e discursos que sugerem sua ambição de restaurar a grandeza do antigo império russo.

A segunda seção será focada em uma análise detalhada dos eventos que ocorreram desde o discurso de Putin em Munique, em 2007, até a invasão russa da Ucrânia em 2022. Nesta parte do trabalho, a metodologia de *process-tracing* será aplicada para rastrear as decisões que levaram ao agravamento do conflito, tanto sob a ótica do realismo estrutural quanto da política revisionista. Serão analisadas as possíveis causas e processos que desencadearam a guerra.

Posteriormente, a terceira seção se concentrará na análise e comparação das hipóteses, além de possíveis pontos fortes e vulnerabilidades na interpretação do fenômeno, com o objetivo de trazer à discussão qual delas pode oferecer a explicação mais adequada para as motivações da Rússia na guerra com base nas evidências coletadas previamente.

Por fim, a conclusão buscará sintetizar os principais achados da pesquisa realizada, refletindo sobre as implicações do estudo, bem como suas limitações. Este trabalho visa, portanto, contribuir para uma compreensão mais aprofundada das causalidades que levaram à Guerra da Ucrânia e dos fatores que moldam o comportamento internacional dos atores

envolvidos no conflito, testando as teorias explicativas propostas e refletindo sobre suas aplicações no cenário de segurança global.

2. Sobre o realismo estrutural e a política revisionista

Neste primeiro capítulo, apresenta-se o embasamento de ambas as hipóteses e os principais conceitos que irão nortear esta pesquisa. Com este propósito, a princípio será feita uma revisão da literatura presente sobre a teoria do realismo estrutural, com foco no trabalho de John Mearsheimer, e da hipótese da política revisionista, com foco em sua possível adoção por Putin.

2.1 Revisão da literatura sobre o realismo estrutural

Em relação às contribuições das teorias a serem analisadas no presente trabalho, o conceito de realismo estrutural foi desenvolvido por Kenneth Waltz em sua obra “*Theory of International Politics*” (1979), em que é enfatizada a importância da estrutura do sistema internacional e como ela influencia o comportamento dos Estados. Para Waltz (1979), a natureza anárquica do sistema internacional - isto é, a ausência de uma autoridade única sobre os Estados - é o fator primordial que molda as características da política internacional. Embora sua obra tenha sido fundamental para a consolidação da teoria, as contribuições de outros autores, como John Mearsheimer, que terá sua obra comentada ao longo deste trabalho, ampliam e aplicam a teoria de forma mais direta à segurança internacional e à análise de comportamentos específicos, como no caso do tema desta pesquisa.

Conforme previamente mencionado, Waltz (1979) foi pioneiro na argumentação de que a estrutura política do sistema internacional, e não os indivíduos ou as intenções dos governantes, é determinante para o comportamento dos Estados. Para o autor, a estrutura anárquica do sistema global exige que os Estados busquem segurança. Esse fenômeno se conecta diretamente ao dilema da segurança, conceito central para a compreensão da hipótese de Mearsheimer sobre a Guerra da Ucrânia. Ele ocorre quando as ações de um Estado voltadas para aumentar sua própria segurança - como formar alianças ou reforçar seu poder militar - acabam sendo interpretadas como ameaças por outros Estados, que respondem da mesma forma, gerando um ciclo de desconfiança e escalada de tensões (Mearsheimer, 2001). Essa lógica é fundamental para a análise de Mearsheimer (2014) sobre a crise da Ucrânia, já que, para o autor, a expansão da OTAN no pós-Guerra Fria foi vista por Moscou como uma ameaça

existencial, o que teria levado a Rússia a reagir de maneira agressiva para restaurar sua segurança.

Além disso, ele propõe uma visão mais assertiva sobre o comportamento dos Estados no sistema internacional ao argumentar que, além da busca pela sobrevivência, eles são frequentemente motivados pela busca de poder, o que os leva a agir de maneira ofensiva quando conveniente (Mearsheimer, 2001).

Dessa forma, a contribuição do realismo estrutural de Mearsheimer é perceptível para o entendimento das questões de segurança internacional, especialmente ao se considerar a natureza das relações de poder e os interesses estratégicos de grandes potências. Com base em suas análises, a teoria pode se apresentar como uma ferramenta analítica crucial para entender as possíveis ações que levaram ao desencadeamento da invasão do território ucraniano.

Entrando de uma maneira mais aprofundada em relação aos conceitos da teoria, em sua obra *“The Tragedy of Great Power Politics”* (2001), Mearsheimer apresenta uma visão inovadora sobre o comportamento das grandes potências no sistema internacional. O autor introduz a teoria do neorrealismo ofensivo, na qual as grandes potências não se contentam apenas em garantir sua sobrevivência, mas buscam constantemente maximizar seu poder relativo. O autor ainda explica que esta competição por poder é uma característica intrínseca das relações internacionais pois, em um sistema anárquico - ou seja, sem uma autoridade central -, os Estados buscam acumular poder para garantir sua segurança relativa, isto é, uma resposta direta às incertezas que eles possuem sobre as intenções dos outros. Em última instância, a acumulação de poder relativo permite aos Estados não apenas se proteger, mas também evitar que outros se tornem, futuramente, uma ameaça maior para sua segurança interna.

Para o desenvolvimento da teoria, Mearsheimer (2001) analisa uma série de exemplos históricos, comparando o comportamento de diferentes potências em diferentes períodos de tempo. O autor afirma que, ao longo da história, as grandes potências, como Reino Unido, França, Alemanha, Rússia e Estados Unidos, sempre buscaram maximizar seu poder, especialmente quando tiveram a oportunidade de expandir sua influência e território. Um exemplo central em sua obra é a análise da ascensão da Alemanha durante o período entreguerras (1918-1939), na qual sua tentativa de expansão do território e aumento de poder foram respostas típicas ao sistema anárquico, onde a ameaça de uma grande potência rival a motivou a adotar uma postura agressiva. Da mesma forma, Mearsheimer (2001) explora o

exemplo da Guerra Fria (1947-1991) entre os Estados Unidos e a União Soviética, ao demonstrar como a rivalidade entre as duas superpotências foi alimentada pela busca de supremacia militar e de controle estratégico das principais regiões do sistema internacional.

A abordagem comparativa permite a Mearsheimer (2001) ilustrar que a busca por poder relativo é a força motriz do comportamento das grandes potências. Esse conceito é central para entender a lógica do imperialismo e dos conflitos de segurança. Para ilustrar isso, o autor traz o exemplo da expansão da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando ela procurou expandir sua esfera de influência na Europa Oriental e em outras regiões estratégicas do mundo. Ele traz que esse comportamento não foi apenas uma resposta à insegurança e possíveis ameaças (principalmente vindas dos Estados Unidos), mas uma estratégia para maximizar o poder relativo do país no sistema internacional. Isso também será abordado posteriormente durante a análise dos acontecimentos prévios à Guerra da Ucrânia.

Mearsheimer (2001) ainda traz como conceito a tragédia do comportamento das grandes potências, no fato de que ao buscarem a maximização do seu poder, acabam desenvolvendo conflitos destrutivos como guerras e disputas geopolíticas como resultado direto da lógica de segurança relativa. Esse comportamento, embora racional do ponto de vista os Estados envolvidos, tem implicações negativas para a estabilidade global. Ainda segundo Mearsheimer (2001, p. 36), "a busca implacável pelo poder pode ser a causa das grandes guerras, e a incapacidade das potências de entenderem as intenções dos outros resulta em escaladas que ninguém deseja, mas todos provocam."

Além da formulação teórica de 2001, é fundamental destacar a aplicação prática feita por John Mearsheimer em seu artigo de 2014, intitulado *Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault*, publicado na revista *Foreign Affairs*. Esse texto se tornou uma das interpretações mais influentes - e também mais polêmicas - sobre as causas da crise ucraniana, uma vez que oferece uma explicação contraintuitiva: ao contrário da narrativa dominante no Ocidente, que atribui a responsabilidade do conflito à agressividade russa e ao projeto expansionista de Vladimir Putin, Mearsheimer sustenta que o principal fator causal foi a política de expansão da OTAN e o alargamento das instituições ocidentais para o leste europeu.

De acordo com Mearsheimer (2014), desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos e seus aliados adotaram uma estratégia que buscava integrar a Ucrânia ao bloco ocidental por meio de três mecanismos complementares: (i) a expansão da OTAN, que passou a incluir

antigos membros do Pacto de Varsóvia e até repúblicas que integraram a União Soviética; (ii) a ampliação da União Europeia em direção ao leste; e (iii) o estímulo ao desenvolvimento da democracia liberal dentro da própria Ucrânia, visando afastar o país da esfera de influência russa. Segundo o autor, essa política representava uma clara tentativa de incorporar Kiev ao “projeto ocidental” e, inevitavelmente, foi percebida por Moscou como uma ameaça direta à sua segurança e ao seu status geopolítico.

Essa interpretação se insere no marco do dilema da segurança, já mencionado anteriormente. O que para o Ocidente se apresentava como uma estratégia de estabilidade - isto é, fortalecer a democracia, ampliar a cooperação econômica e aumentar a segurança regional - foi visto pela Rússia como um movimento hostil, que poderia reduzir sua autonomia estratégica e cercá-la militarmente. Nas palavras de Mearsheimer (2014), “a raiz da crise é a expansão da OTAN, o coração de uma estratégia maior para arrancar a Ucrânia da órbita de Moscou e integrá-la ao Ocidente” (Mearsheimer, 2014, p. 1). A partir dessa premissa, ele argumenta que a reação russa não foi fruto de um impulso irracional ou meramente expansionista, mas uma resposta previsível dentro da lógica realista de busca por segurança relativa em um sistema anárquico.

Um dos pontos centrais da análise de Mearsheimer (2014) é que os formuladores de política externa nos Estados Unidos e na Europa ignoraram os alertas e preocupações que vinham sendo expressos de maneira consistente pelos líderes russos desde a década de 1990. O autor menciona, por exemplo, que já em 2008, durante a cúpula da OTAN em Bucareste, quando se discutiu a possível futura adesão da Geórgia e da Ucrânia à aliança, o então embaixador norte-americano em Moscou, William Burns, alertou Washington em um telegrama que essa decisão seria interpretada por Moscou como uma ameaça existencial. Esse documento ficou famoso pela frase “*Nyet means Nyet*” (“Não significa não”), revelando a posição inflexível do Kremlin em relação à expansão da OTAN para dentro do espaço pós-soviético.

Ainda assim, segundo Mearsheimer, os líderes ocidentais insistiram nessa política, acreditando que poderiam expandir sua influência sem enfrentar uma reação violenta da Rússia. Para ele, essa interpretação foi equivocada porque ignora a lógica estrutural da política internacional. Ao contrário da perspectiva liberal, que enxerga a possibilidade de cooperação e convergência de valores, o realismo ofensivo sustenta que as grandes potências estarão

dispostas a adotar medidas duras para proteger suas esferas de influência e evitar a presença de rivais em sua vizinhança estratégica.

Esse raciocínio é aplicado diretamente à Ucrânia. Mearsheimer (2014) argumenta que, após a derrubada do presidente pró-russo Viktor Yanukovych, em fevereiro de 2014, com amplo apoio de setores ocidentais, Moscou percebeu que estava perdendo definitivamente sua influência sobre Kiev. Nesse contexto, a anexação da Crimeia e o apoio aos separatistas no leste ucraniano não foram, em sua visão, atos expansionistas gratuitos, mas medidas defensivas para garantir que a Ucrânia não se tornasse um posto avançado da OTAN. A reação russa, portanto, teria sido não apenas previsível, mas praticamente inevitável diante das escolhas feitas pelo Ocidente.

Outro aspecto relevante da análise de Mearsheimer é a distinção entre interesses vitais e interesses periféricos das grandes potências. Para os Estados Unidos, sustenta o autor, a Ucrânia é apenas um interesse periférico, já que sua segurança não depende diretamente do destino do país. Para a Rússia, entretanto, trata-se de um interesse vital, pois a Ucrânia tem papel central tanto na sua estratégia defensiva quanto em sua identidade histórica e cultural. Essa assimetria de interesses explicaria porque a Rússia estaria disposta a correr riscos significativos, inclusive militares, enquanto os Estados Unidos e a Europa tenderiam a recuar diante de custos elevados.

Mearsheimer também critica o que chama de “miopia estratégica” do Ocidente. Ao insistir em um projeto liberal de ampliação institucional sem levar em conta a lógica de poder, os Estados Unidos e seus aliados acabaram provocando exatamente o tipo de instabilidade que buscavam evitar. Para ele, a crise da Ucrânia ilustra os limites da visão liberal nas relações internacionais e reforça a validade das premissas realistas. Nas suas palavras, “a crise ucraniana não é resultado da agressividade russa, mas de uma estratégia equivocada do Ocidente” (Mearsheimer, 2014, p. 2).

Essa leitura é fundamental para a presente pesquisa porque coloca em evidência a hipótese do dilema da segurança como explicação central para a Guerra da Ucrânia. Ainda que existam argumentos revisionistas, que interpretam as ações de Putin como parte de uma ambição imperialista, a análise de Mearsheimer reforça a ideia de que a raiz do conflito está no choque estrutural entre a expansão ocidental e a busca russa por segurança. O autor não nega a importância da liderança de Putin, mas enfatiza que qualquer governante russo teria reagido de

maneira semelhante diante das mesmas circunstâncias. Essa é, em essência, a aplicação do realismo estrutural ofensivo ao caso concreto da Ucrânia.

Portanto, ao se considerar a contribuição de Mearsheimer (2014), observa-se que sua interpretação conecta teoria e prática: o dilema da segurança, formulado de maneira geral em *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), encontra no caso ucraniano uma manifestação concreta, reforçando a relevância do realismo estrutural como ferramenta analítica. Essa perspectiva será retomada posteriormente, quando for analisada a sequência de eventos entre o discurso de Putin em Munique (2007) e a invasão de 2022, no intuito de verificar se a hipótese do dilema da segurança oferece uma explicação mais convincente do que a hipótese revisionista.

2.2 Revisão da literatura sobre a política revisionista

A hipótese da política revisionista nas análises das relações internacionais se mostra com uma lente importante para a compreensão e interpretação do comportamento de Estados que agem como insatisfeitos com a ordem internacional existente e que movem ações para alterá-la a seu favor. Todavia, embora a literatura sobre o comportamento revisionista apresente elementos explicativos relevantes, é importante destacar que esse conceito não é, em si, incompatível com o realismo ofensivo de Mearsheimer. Pelo contrário, como observa Schweller (1994), os Estados revisionistas são aqueles que buscam alterar o *status quo* internacional em busca de maior poder e segurança, o que se encaixa na lógica do realismo ofensivo, segundo a qual as grandes potências tendem a maximizar sua posição relativa.

O contraste analítico, portanto, não está na inconsistência teórica entre realismo ofensivo e comportamento revisionista, mas sim na aplicação prática dessas lentes ao caso específico da crise ucraniana. De um lado, autores como Schweller (1994) e Sherr (2013) oferecem ferramentas para interpretar as ações russas como parte de uma estratégia revisionista, isto é, de um esforço ativo para modificar a ordem internacional vigente em benefício próprio. De outro lado, Mearsheimer (2014) defende que a crise ucraniana deve ser entendida, antes de tudo, como uma reação defensiva e conservadora ao avanço do Ocidente sobre a esfera de influência russa, um exemplo clássico do dilema da segurança.

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho não é contrapor teorias mutuamente excludentes, mas testar qual dessas interpretações se mostra mais adequada para explicar

especificamente o caso da Guerra da Ucrânia. Se, por um lado, o revisionismo fornece uma narrativa sobre ambições imperiais de Putin e o desejo de restaurar a grandeza russa (Galeotti, 2017; Sherr, 2013), por outro, a leitura realista de Mearsheimer (2014) aponta que tais ações derivam de dinâmicas estruturais de insegurança, desencadeadas pela expansão da OTAN e pela aproximação da Ucrânia ao Ocidente. Esse contraste, portanto, constitui o cerne da análise que será desenvolvida a seguir.

Schweller (1994) descreve a política revisionista como parte de uma resposta de Estados insatisfeitos ao comportamento opressivo de Estados dominantes que, por sua vez, buscam manter a ordem e as condições que beneficiam suas próprias posições no sistema internacional. Para os revisionistas, a chave está na percepção de oportunidades para mudar a ordem internacional em seu favor. Dessa forma, o autor argumenta que a estratégia de um Estado revisionista é frequentemente uma tentativa de reequilibrar o poder a seu favor, por meio de expansão territorial ou da desestabilização de aliados adversários. Um aspecto importante dessa ótica é que esses Estados não se limitam apenas a ações defensivas, mas buscam aumentar sua posição relativa dentro do sistema, frequentemente adotando uma postura mais agressiva para alcançar seus objetivos de poder e de segurança (Schweller, 1994).

Por sua vez, James Sherr (2013) contribui para essa visão ao argumentar que a política revisionista não se limita a uma mudança de fronteiras físicas, mas também envolve uma transformação da ordem geopolítica e das alianças internacionais. Para ele, a busca por poder e influência de Estados revisionistas é amplamente movida por uma necessidade de restaurar ou redefinir seu *status* dentro do sistema internacional, principalmente quando se sentem marginalizados pelas potências dominantes.

Ambos os autores, Sherr (2013) e Schweller (1994), ressaltam que os Estados revisionistas, para que sejam bem-sucedidos em suas estratégias, devem ser capazes de mobilizar recursos de poder - militares, econômicos ou diplomáticos - para efetivamente alterar o equilíbrio de poder em seu benefício. A política revisionista é associada a formas de confrontação e conflito com outros Estados ou blocos e alianças que defendem a manutenção da ordem estabelecida. No entanto, para os autores, essa postura revisionista não significa, necessariamente, que o Estado em questão esteja em busca de uma guerra total, mas de uma possível reconfiguração das normas internacionais, às vezes através de meios que não utilizam

a força, como influências políticas, manipulação ou sanções econômicas, além de mudanças estratégicas e diplomáticas nas alianças regionais e globais.

Dessa forma, sobre a diferenciação do neorrevisionismo e o dilema da segurança, de maneira mais precisa, o realismo ofensivo de Mearsheimer não se limita a uma postura conservadora. Pelo contrário, segundo o autor, as grandes potências podem agir de duas formas: de maneira conservadora, quando buscam preservar sua posição relativa frente a ameaças percebidas, ou de forma revisionista, quando identificam oportunidades de alterar a balança de poder a seu favor (Mearsheimer, 2001). A literatura sobre revisionismo, como a de Schweller (1994), contribui ao detalhar esse comportamento ativo de contestação do *status quo*, destacando que alguns Estados estão dispostos a correr riscos para modificar a ordem internacional em benefício próprio. Nesse sentido, enquanto Mearsheimer (2014) entende as ações da Rússia na Ucrânia sobretudo como uma reação defensiva ao avanço ocidental, outros autores, como Galeotti (2017) e Sherr (2013), interpretam-nas como expressão de uma agenda revisionista de restauração da influência imperial russa.

Sherr (2013) argumenta que a Rússia, sob Putin, se comporta de maneira revisionista ao tentar reverter o sistema de segurança pós-Guerra Fria (1947-1991), especialmente no que diz respeito ao espaço territorial previamente ocupado pela União Soviética. Ele destaca que a anexação da Crimeia em 2014 e a interferência nas questões internas da Ucrânia são estratégias para garantir que a Rússia mantenha controle sobre territórios que considera vitais para a segurança de sua fronteira ocidental.

Além disso, Paikin (2023) traz uma análise recente que reforça a hipótese de que a Rússia, ao longo do pós-Guerra Fria, transitou de uma postura parcialmente defensiva para um revisionismo mais explícito, culminando na invasão da Ucrânia em 2022. O autor argumenta que desde o discurso de Putin em Munique (2007) e a intervenção na Geórgia (2008), a Rússia passou a desafiar de modo mais sistemático a ordem internacional centrada no Ocidente, não apenas reagindo a ameaças percebidas, mas também buscando alterar normas, fronteiras e práticas institucionais para reconstruir sua posição como potência revisionista. Ele descreve como essas etapas intermediárias entre o *status quo* e um revisionismo pleno foram se acumulando, com contestação crescente das instituições internacionais, discursos ideológicos, e práticas políticas que visam minar princípios do chamado “*rules-based international order*”.

A contribuição de Paikin (2023) é relevante para este trabalho porque oferece uma ponte entre realismo estrutural e revisionismo: ele reconhece que elementos do dilema de segurança estão presentes (percepções de ameaça pela OTAN, cercamento, preocupações russas sobre segurança), mas sustenta que, no caso russo, houve uma evolução para motivações que transcendem a reação puramente defensiva. Essa evolução inclui o uso de símbolos históricos, narrativas identitárias e ideológicas, e um empenho russo por redefinir normas da ordem internacional, que seriam práticas típicas de comportamento revisionista. Essa leitura permite ampliar o teste entre as hipóteses do artigo, visto que o autor fornece evidências de que a motivação russa combina segurança e desejo de restaurar *status* e influência, fatores centrais do revisionismo, e não apenas de preservação frente a ameaça.

Dadas estas considerações, a política revisionista pode fornecer uma ferramenta valiosa para compreensão dos comportamentos de Estados que buscam alterar a ordem internacional para maximizar seu poder e influência (Sherr, 2013). Ao analisar a Rússia de Putin no caso da Ucrânia, segundo Galeotti (2017), é possível observar uma aplicação de políticas revisionistas que visam reverter a ordem pós-Guerra Fria (1947-1991) e restaurar o império ou a esfera de influência russa na Europa Oriental. De toda forma, estas visões serão melhor elaboradas posteriormente ao longo da presente pesquisa.

3. Guerra da Ucrânia: aplicação do *process-tracing*

Na seção anterior, foram apresentadas as teorias sob as quais este artigo se debruçará para a hipótese de qual delas pode se encaixar de maneira mais adequada na explicação do tema abordado. Nesta próxima seção, será aplicado o método de *process-tracing* para buscar a identificação dos principais eventos e processos que levaram à Guerra da Ucrânia. Esse método é uma abordagem qualitativa amplamente utilizada para investigar as cadeias causais que explicam a ocorrência de um evento específico. De acordo com Van Evera (1997), ele visa identificar, analisar e reconstruir as etapas e dinâmicas que ligam as causas de um fenômeno às suas consequências, com um foco detalhado no estudo de caso e na sequência de eventos que o precedem e o seguem.

Isto posto, na presente seção, o *process-tracing* será aplicado para o teste de hipóteses entre o realismo estrutural e a política revisionista no contexto da Guerra da Ucrânia, com foco no recorte temporal que começa com o discurso de Vladimir Putin em Munique, em 2007, no qual o presidente russo delineou suas preocupações com a expansão da OTAN, até a invasão

militar russa do território ucraniano em 2022. A partir dessas delineações, a pesquisa buscará investigar como as ações e declarações de Putin, assim como as respostas internacionais, podem se alinhar mais precisamente às explicações oferecidas pelo realismo estrutural, que foca na busca por segurança e equilíbrio de poder, ou à política revisionista, que sustenta o comportamento de uma revisão das normas e fronteiras internacionais por Estados insatisfeitos com elas. Ao adotar este método, o objetivo é analisar as dinâmicas de poder e segurança que marcaram as decisões políticas dos principais atores internacionais envolvidos, como a Rússia, a Ucrânia e OTAN, avaliar como essas interações se refletem nas teorias estudadas e tentar trazer luz à seguinte problemática: qual das teorias melhor se adequa na explicação do fenômeno?

3.1 Discurso de Putin em Munique, na Alemanha (2007)

Em 10 de fevereiro de 2007, Vladimir Putin discursou na Conferência Anual de Segurança de Munique, um dos principais fóruns mundiais de debate de políticas de segurança internacional. O objetivo da conferência é reunir líderes políticos e tomadores de decisão relevantes para discussão sobre os desafios de segurança mais proeminentes e urgentes para a comunidade internacional (MSC, 2011).

Dado este cenário, no qual a Conferência de Segurança de Munique se coloca como um palco para discussões de atores relevantes no sistema internacional, o discurso de Putin no evento é considerado por muitos como um ponto de virada no posicionamento da Rússia em relação ao Ocidente, e, no contexto do *process-tracing*, funciona como um evento-chave para analisar como as percepções de ameaça e as declarações públicas moldam decisões políticas posteriores. No discurso, Putin criticou fortemente a ideia de uma ordem mundial unipolar dominada pelos Estados Unidos, alegando que o fim da Guerra Fria havia levado a uma maior arrogância de potências ocidentais. Ele expressou preocupação com a expansão da OTAN em direção às fronteiras russas como algo que não visava “modernizar a aliança ou garantir a segurança na Europa”, mas, ao contrário, provocava “uma séria redução de confiança mútua” (China Daily, 2007).

Putin também mencionou os planos ocidentais de instalar sistemas de defesa antimísseis em países como Polônia e República Tcheca, enfatizando que esses sistemas poderiam alterar o equilíbrio de poder estratégico, e criticou o que chamou de ações unilaterais do Ocidente que desrespeitavam o direito internacional (China Daily, 2007; DW, 2007). A repercussão

internacional foi imediata, na qual líderes europeus manifestaram preocupação e criticaram o tom agressivo do presidente russo, interpretando-o como um sinal de distanciamento e tensão renovada entre a Rússia e o Ocidente (United Press International, 2007; Bloomberg, 2007).

O discurso de Putin na conferência pode ser visto como uma reação à expansão da OTAN em 2004, que representou o maior alargamento da aliança desde sua fundação e consolidou a presença ocidental no entorno imediato da Rússia, com a entrada simultânea de sete países - Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia -, todos antigos membros do Pacto de Varsóvia ou repúblicas soviéticas (The Guardian, 2008).

Antes de dar sequência à análise dos próximos eventos, é importante ressaltar que, dentro do método de *process-tracing*, esse discurso marca uma cadeia de eventos em que declarações, percepções e reações internacionais contribuem para decisões políticas da Rússia. Seguindo esse método, é possível rastrear como o discurso afetou a retórica de segurança na Rússia após 2007, as reações diplomáticas da OTAN e as medidas russas que se seguiram, como, por exemplo, a intervenção na Geórgia em 2008 e suporte a movimentos separatistas.

Intervenção militar russa na Geórgia (2008)

A intervenção militar russa na Geórgia, em agosto de 2008, marcou um dos episódios mais importantes do pós-Guerra Fria na região do Cáucaso, tornando-se um precedente significativo para entender a política externa russa nas décadas seguintes. O conflito teve como estopim o aumento das tensões entre o governo georgiano e as regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abkházia, territórios que buscavam maior autonomia e recebiam apoio político e militar da Rússia. Em 7 de agosto de 2008, após confrontos na Ossétia do Sul, a Geórgia lançou uma ofensiva militar contra a capital separatista, Tskhinvali. Em resposta, a Rússia mobilizou rapidamente tropas e tanques, avançando sobre o território georgiano em uma ação militar que durou cinco dias (Reuters, 2024).

O governo russo justificou sua intervenção alegando a necessidade de proteger cidadãos russos e minorias étnicas presentes na Ossétia do Sul, já que muitos habitantes haviam recebido passaportes russos nos anos anteriores (The Guardian, 2008). Todavia, a ofensiva russa foi amplamente vista pelo Ocidente como uma violação da soberania georgiana e um sinal de que o país estava disposto a reafirmar sua esfera de influência na região pós-soviética (New York Times, 2008). Com isto, a reação internacional foi imediata: os Estados Unidos e a União

Europeia condenaram a intervenção, mas não adotaram medidas militares diretas para conter a Rússia. O conflito terminou com um acordo de cessar-fogo mediado pela França, então presidente do Conselho da União Europeia, em 12 de agosto de 2008. Pouco tempo depois, a Rússia reconheceu formalmente a independência da Ossétia do Sul e da Abkházia, o que intensificou o isolamento diplomático entre a Rússia e o Ocidente (Al Jazeera, 2008).

Em 2008, durante a cúpula da OTAN em Bucareste, tanto a Geórgia quanto a Ucrânia manifestaram interesse em ingressar na aliança, algo que a Rússia encarava como um risco direto à sua segurança nacional. É importante apontar que a cúpula ocorreu em abril de 2008, quatro meses antes da intervenção militar russa na Geórgia, em agosto do mesmo ano. Nesse encontro, a aliança atlântica declarou oficialmente que tanto a Ucrânia quanto a Geórgia “se tornariam membros da OTAN” em algum momento futuro, embora sem estabelecer um cronograma definido. Para a Rússia, essa declaração representou uma ameaça direta à sua segurança estratégica, pois a entrada de dois países fronteiriços na OTAN significaria o avanço da infraestrutura militar ocidental até as fronteiras russas - algo que Vladimir Putin já havia expressamente criticado em seu discurso de Munique, em 2007 (Mearsheimer, 2014). Esse contexto temporal é essencial no encadeamento causal do *process-tracing*, pois indica que a escalada na relação entre Rússia e Geórgia teve como um de seus gatilhos imediatos a percepção russa de que a OTAN avançava de forma irreversível em sua esfera de influência.

3.2 Expansão da OTAN com a entrada de Albânia e Croácia (2009)

A adesão formal da Albânia e da Croácia a OTAN, em 2009, marcou mais um passo na ampliação da aliança em direção ao Leste Europeu. O ingresso desses dois países ocorreu durante a cúpula de Estrasburgo-Kehl, simbolizando o compromisso contínuo da OTAN com sua política de “portas abertas”, iniciada nos anos 1990 (OTAN, 2024). O presidente russo já havia criticado a ampliação em declarações anteriores, considerando-a um processo que “enfraquece a segurança coletiva e alimenta novas divisões na Europa” (Deutsche Welle, 2007). Além disso, a adesão de 2009 veio logo após a guerra russo-georgiana de 2008 abordada na seção anterior, um evento que havia deixado claro o descontentamento russo com a possibilidade de novos países pós-soviéticos se aproximarem da OTAN.

No ano seguinte a esta adesão, diversos acontecimentos paralelos reforçaram essa tensão. Em 2010, a OTAN reafirmou em Lisboa seu compromisso com a política de portas abertas, destacando que qualquer país europeu que cumprisse os critérios poderia aderir

(OTAN, 2010). Essa sinalização foi acompanhada de novas parcerias com países vizinhos da Rússia, como Ucrânia e Geórgia, que passaram a participar de exercícios militares conjuntos e a cooperar mais intensamente em temas de defesa (BBC News, 2014). Do ponto de vista russo, isso era interpretado como uma afronta direta às advertências feitas desde o discurso de Putin de 2007, reforçando a percepção de isolamento estratégico e de ameaça crescente em suas fronteiras ocidentais.

3.3 Anexação da Crimeia pela Rússia (2014)

A crise que culminou na anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 teve início com a destituição do presidente ucraniano pró-russo, Viktor Yanukovich, durante os protestos conhecidos como Euromaidan. Em novembro de 2013, Yanukovich decidiu suspender um acordo de associação com a União Europeia, optando por estreitar os laços com a Rússia. Essa decisão provocou manifestações em massa em Kiev, capital ucraniana, que se intensificaram ao longo dos meses seguintes, resultando em confrontos violentos e na morte de dezenas de manifestantes. Em fevereiro de 2014, Yanukovich fugiu da cidade, deixando o país em um estado de instabilidade política (BBC News, 2014).

Após a queda do governo central, a Rússia seguiu seu avanço na região da Crimeia, onde a população de etnia russa era significativa. Em fevereiro de 2014, tropas russas não identificadas começaram a ocupar pontos estratégicos na península, incluindo bases militares ucranianas (Reuters, 2017). Em março de 2014, um referendo controverso foi realizado na Crimeia, no qual a maioria dos eleitores votou pela adesão à Federação Russa. O referendo foi amplamente criticado por observadores internacionais, que alegaram falta de transparência e condições adequadas para uma votação livre e justa (Reuters, 2022).

Em 18 março de 2014, Putin assinou um tratado que formalizou a anexação da Crimeia. A ação foi condenada pela Ucrânia e pela maioria da comunidade internacional, que considerou a anexação ilegal e uma violação da soberania ucraniana (BBC News, 2014). A Rússia, por outro lado, justificou a anexação como uma medida para proteger a população de etnia russa na região e como uma resposta à ameaça percebida da expansão da OTAN para o leste (Reuters, 2017).

3.4 Expansão da OTAN com a entrada de Montenegro (2017)

A adesão de Montenegro a OTAN, formalizada em junho de 2017, representou um novo avanço da aliança militar no espaço dos Bálcãs, região historicamente sensível para os russos. O país se tornou membro da organização, apesar das reiteradas objeções russas e de campanhas ativas de desinformação e pressão política conduzidas por Moscou para tentar impedir o processo (Reuters, 2017). A entrada do país, que havia declarado independência da Sérvia apenas em 2006, foi percebida como um marco simbólico da persistência da política de “portas abertas” da OTAN mesmo após a crise da Crimeia.

O movimento ocorreu em um contexto em que a Rússia ainda enfrentava sanções econômicas impostas após a anexação da Crimeia em 2014 e buscava reafirmar sua influência regional. Paralelamente, a OTAN ampliava sua presença militar na Europa Oriental, realizando exercícios conjuntos em países como Polônia e Estônia, o que reforçou a narrativa russa de cerco e contenção. Em nota oficial, a Rússia condenou a adesão de Montenegro afirmando que se tratava de uma “provocação” que ameaçava a estabilidade nos Bálcãs e de uma “violação da confiança” com a Rússia (Al Jazeera, 2022).

3.5 Expansão da OTAN com a entrada da Macedônia do Norte (2020)

A adesão da Macedônia do Norte à OTAN em março de 2020 marcou a mais recente expansão da aliança antes da invasão russa da Ucrânia. O processo foi longo e simbolicamente importante: o país enfrentou uma disputa diplomática de décadas com a Grécia por causa de seu nome, que só foi resolvida em 2018 com o Acordo de Prespa - processo que destravou seu caminho para o ingresso na organização. A entrada foi saudada pela OTAN como um “sinal de que a política de portas abertas continua viva” e de que a região dos Bálcãs seguia como prioridade estratégica (G1, 2019). Já para a Rússia, o evento foi interpretado como mais uma afronta à sua esfera de influência, pois, assim como outros países dos Bálcãs que aderiram à OTAN, ela mantinha laços históricos, religiosos e econômicos com o país e havia se posicionado firmemente contra sua entrada.

Essa expansão teve um peso simbólico e estratégico significativo pois, embora geograficamente limitada, reforçou a percepção russa de que a OTAN não recuaria em sua política de expansão - evidência que, segundo Mearsheimer (2014), sustenta a hipótese de que o comportamento russo foi uma resposta defensiva a um ambiente de segurança percebido como cada vez mais hostil. Essa percepção acumulada ao longo das décadas anteriores contribuiu

para consolidar a decisão de Putin que desembocou na invasão à Ucrânia em 2022, tópico abordado na seção seguinte.

3.6 A invasão da Ucrânia pela Rússia (2022)

Após analisar os antecedentes do conflito, desde o discurso de Putin em Munique (2007), passando pela intervenção na Geórgia (2008) e a anexação da Crimeia (2014), chega-se ao ponto culminante deste estudo: a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022. Este evento representa a escalada mais significativa do conflito ucraniano, envolvendo operações militares diretas em múltiplas frentes, ataques a cidades estratégicas e um impacto humanitário e geopolítico profundo. A análise detalhada deste episódio permite verificar se as motivações da Rússia se alinham mais à lógica do dilema da segurança, conforme Mearsheimer (2014), ou a uma postura revisionista de recuperação de influência e território, como sugerem autores como Sherr (2013) e Paikin (2023). Esta etapa final do *process-tracing* busca conectar todos os eventos prévios, evidenciando padrões de comportamento russo e respostas internacionais que moldaram a guerra.

A invasão de 2022 começou com uma operação militar coordenada em múltiplas regiões da Ucrânia, incluindo ataques a cidades estratégicas como Kiev, Kharkiv e Mariupol. A Rússia justificou a operação como necessária para “proteger a população de língua russa e combater o que descreveu como ameaças militares e neonazistas dentro da Ucrânia” (BBC News, 2022; Al Jazeera, 2022). Ao mesmo tempo, a Ucrânia e a comunidade internacional caracterizaram o movimento como uma “agressão injustificada contra um Estado soberano”, violando o direito internacional e desencadeando sanções severas contra Rússia. O avanço russo rapidamente gerou uma crise humanitária, com milhões de refugiados deslocados internamente e para países vizinhos, além de severos impactos econômicos na região (Reuters, 2022).

As ações iniciais da invasão refletem um planejamento estratégico detalhado, incluindo ataques a infraestruturas críticas, tentativas de capturar rapidamente a capital e pressionar o governo ucraniano a negociar. Observadores internacionais apontam que a operação russa foi precedida por anos de tensões diplomáticas e militares, intensificadas pela expansão da OTAN e pelo apoio ocidental à Ucrânia (Reuters, 2022). Nesse sentido, o evento de 2022 não surgiu de maneira isolada, mas sim como resultado de um processo contínuo de escalada, em que a Rússia buscou proteger e expandir sua esfera de influência percebida, ao mesmo tempo em que respondia às mudanças na balança de poder regional.

4. Considerações Finais

A análise realizada neste trabalho buscou compreender as motivações por trás da Guerra da Ucrânia, a partir do recorte do realismo estrutural e da política revisionista. Inicialmente, foram discutidas as hipóteses, destacando o dilema da segurança proposto por Mearsheimer e a perspectiva revisionista apresentada por Schweller, Sherr e Paikin. Em seguida, a metodologia de *process-tracing* foi aplicada para investigar os principais eventos que antecederam e culminaram na invasão russa de 2022, permitindo identificar como fatores de segurança, pressões estruturais e ambições estratégicas interagiram ao longo do tempo, desde o discurso de Putin em Munique (2007) até a ação militar propriamente dita (2022).

O primeiro evento abordado, o discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique, em 2007, pode ser interpretado como uma reação acumulada às sucessivas expansões da OTAN, especialmente à de 2004, a maior desde então. Como argumenta Mearsheimer (2014), a Rússia entendeu essa movimentação como uma violação tácita das garantias informais dadas no início dos anos 1990 de que a OTAN não se expandiria para o leste. O discurso de Munique, portanto, materializou uma resposta defensiva ao dilema da segurança criado pelo avanço da aliança.

Por outro lado, Sherr (2013) e Paikin (2023) observam que, embora o discurso tenha tom de queixa defensiva, ele também contém elementos de uma retórica revisionista, na medida em que reivindica para Moscou um papel de grande potência capaz de redefinir as normas da ordem internacional. No discurso mencionado, ele lançou as bases retóricas de uma queixa permanente contra a ordem ocidental - criticou a “unipolaridade” e a expansão da OTAN como fatores que reduziriam a confiança mútua e ameaçariam a segurança russa (Kremlin, 2007). Em relação a isso, na década seguinte, o país passou a articular uma narrativa histórica mais sistemática para justificar ações concretas contra a Ucrânia: obras didáticas, discursos oficiais e campanhas de grande alcance estão sendo usados para apresentar a unidade histórica entre russos e ucranianos e para legitimar intervenções como correções de “anomalias” fronteiriças. Essa convergência entre a formulação de ameaças externas (como no discurso em Munique) e a construção de uma justificativa histórica interna sugere que a motivação russa combina elementos de percepção de ameaça com recursos ideológicos para legitimar iniciativas de alteração do *status quo* - um padrão que se encaixa bem na leitura revisionista do comportamento estatal (Schweller, 1994; Sherr, 2013).

Ainda assim, o evento pode ser melhor compreendido sob o prisma do realismo estrutural, como um sinal de reação à expansão da OTAN de 2004: o nó causal primário segundo o modelo de Mearsheimer. A partir do *process-tracing*, este discurso de Putin em Munique pode ser entendido como um marcador de percepções russas de que suas fronteiras estratégicas estavam sendo ameaçadas - percepção que, segundo Mearsheimer (2014), foi negligenciada pelo Ocidente ao insistir em políticas de “portas abertas” para a Ucrânia e a Geórgia.

Em relação à intervenção russa na Geórgia em 2008, para Mearsheimer (2014), esse momento confirma o argumento de que o comportamento russo se deu em resposta a uma dinâmica de insegurança provocada pela expansão ocidental. A ofensiva na Geórgia pode ser vista como uma ação preventiva voltada a conter a influência da OTAN e reafirmar a zona de segurança russa no Cáucaso. O intervalo temporal entre a cúpula de abril e o início do conflito em agosto reforça a tese do autor de que o aumento da pressão ocidental foi o fator antecedente e catalisador da resposta russa. Assim, a sequência dos eventos - primeiro o anúncio da OTAN, depois a intervenção - torna mais plausível a explicação realista de reação defensiva, fortalecendo o elo causal de que a Rússia agiu em função de um dilema de segurança e não por uma busca de expansão territorial revisionista.

Por outro lado, a interpretação da política revisionista oferece uma leitura alternativa. Sob a lógica de Shweller (2014), a intervenção russa na Geórgia não teria sido apenas defensiva, mas sim uma oportunidade para projetar poder e redefinir a ordem regional. O reconhecimento da independência das regiões separatistas, em especial, sinalizou a intenção do país de modificar o mapa político do Cáucaso e reafirmar sua posição como potência capaz de contestar o Ocidente. Ainda sobre esta hipótese, de acordo com Paikin (2023), a intervenção russa na Geórgia não deve ser entendida apenas como uma reação defensiva às ameaças ocidentais, mas também como um passo inicial do país na busca por alterar a ordem regional a seu favor, característica do revisionismo russo. O autor argumenta que esses movimentos anteciparam padrões que se intensificariam na Ucrânia.

Já em relação à anexação da Crimeia pela Rússia, Mearsheimer (2014) traz que a expansão da OTAN em direção ao leste europeu, incluindo a Ucrânia, foi percebida por Putin como uma ameaça direta à sua segurança nacional e à sua esfera de influência histórica. O discurso do presidente em Munique, previamente citado, já antecipava essa preocupação. Nesse contexto, a Rússia interpretou a possibilidade da Ucrânia aderir à aliança como um risco

existencial. Para ele, a ocupação da Crimeia representa uma medida defensiva racional de uma grande potência que busca manter sua posição relativa em um sistema internacional anárquico.

Além disso, o autor argumenta que a Rússia não estava necessariamente interessada em expandir seu território ou restaurar um império, mas sim em garantir uma zona de segurança estratégica e impedir que um rival (os Estados Unidos e seus aliados europeus) aumentasse sua influência em uma região vital. A anexação da Crimeia é vista como uma ação motivada por percepções de vulnerabilidade e a necessidade de equilíbrio de poder, o que está alinhado com a lógica do realismo ofensivo, em que grandes potências buscam maximizar sua segurança relativa para prevenir ameaças futuras (Mearsheimer, 2001; 2014).

Por outro lado, Paikin (2023) apresenta uma perspectiva diferente sobre a anexação da Crimeia. Ele adota uma abordagem que sugere que a Rússia busca redefinir as normas e instituições internacionais que considera desfavoráveis. Nesse sentido, a anexação da Crimeia é interpretada como uma tentativa de reconfigurar a ordem internacional, alinhando-se com os interesses russos e desafiando as normas estabelecidas pelo Ocidente. O autor destaca que, além das preocupações de segurança, há uma motivação ideológica e estratégica por trás da ação russa, visando restaurar a grandeza e a influência da Rússia na região.

Além dos eventos anteriores, é importante destacar as incorporações à OTAN entre 2009 e 2020, com a inclusão de países dos Balcãs, como Albânia e Croácia (2009), Montenegro (2017) e Macedônia do Norte (2020), que representa um padrão consistente de aproximação da aliança militar ocidental às fronteiras da Rússia. Para Mearsheimer (2014), essa série de integrações é interpretada como fatos que desencadeiam a percepção russa de ameaça, configurando o dilema da segurança: quanto mais a OTAN se expande, cada novo ingresso é percebido não apenas como uma ameaça direta à segurança da Rússia, mas também como uma demonstração de que as tentativas ocidentais de engajar países vizinhos não recuam diante de sinais de insatisfação russa.

Finalmente, a invasão russa da Ucrânia em 2022 pode ser entendida, do ponto de vista de Mearsheimer (2014), como uma resposta ao dilema da segurança. Segundo ele, no caso da Ucrânia, a aproximação do país com a OTAN e o apoio militar e diplomático ocidental foram percebidos pela Rússia como uma ameaça direta à sua segurança nacional e à sua influência estratégica na região. Assim, a decisão de invadir não foi necessariamente uma expressão de revisionismo, mas uma tentativa de prevenir o que Putin entendia como uma perda crítica de

espaço estratégico e vulnerabilidade de sua fronteira ocidental. Neste contexto, a Rússia teria interpretado a crescente integração da Ucrânia com o Ocidente como uma tentativa de alterar o equilíbrio de poder regional, o que, do ponto de vista de Moscou, justificaria uma ação preventiva. A invasão de 2022, portanto, se encaixa na lógica do realismo ofensivo na medida em que a Rússia busca proteger sua posição relativa no sistema internacional frente a mudanças externas percebidas como desestabilizadoras.

Por fim, Mearsheimer destaca que a expansão da OTAN e o apoio ocidental à Ucrânia criaram um ambiente no qual a Rússia se sentiu compelida a agir para preservar sua influência. A invasão de 2022 não pode ser vista isoladamente, mas como o ápice de um processo de escalada iniciado com a aproximação da Ucrânia ao Ocidente, confirmando que a lógica do dilema da segurança oferece uma explicação robusta para a agressão russa, em detrimento de uma leitura puramente revisionista. Esse ponto de vista ajuda a entender a ação russa não como mera ambição imperial, mas como uma resposta estratégica a pressões externas percebidas como ameaças estruturais (Mearsheimer, 2014).

Já do ponto de vista da política revisionista, a invasão da Ucrânia em 2022 pode ser interpretada como uma manifestação da ambição russa de revisar o sistema internacional pós-Guerra Fria e recuperar sua esfera de influência perdida. Sherr (2013) argumenta que a intensificação do conflito em 2022 reflete a percepção russa de que o ocidente estava expandindo seu poder e influência de forma a diminuir a relevância estratégica da Rússia, especialmente através do fortalecimento militar da OTAN e do apoio à integração da Ucrânia no bloco ocidental (Sherr, 2013).

Por sua vez, Paikin (2023) complementa essa análise ao afirmar que a guerra na Ucrânia marca o início de um revisionismo russo mais assertivo, no qual Putin tenta redefinir os parâmetros de influência regional e internacional. Segundo o autor, a Rússia aproveita oportunidades para restabelecer a sua hegemonia na Europa Oriental, utilizando a força militar e a pressão diplomática como instrumentos de política externa. Esse comportamento evidencia uma estratégia deliberada de revisão do *status quo*, na qual a invasão da Ucrânia é vista como parte de um esforço contínuo de restaurar a importância geopolítica da Rússia no sistema internacional (Paikin, 2023). Assim, a leitura revisionista complementa a compreensão do conflito, embora a evidência empírica do caso indique que a lógica do dilema da segurança desempenhou papel central.

Apesar dos achados apresentados, esta pesquisa possui algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, o estudo se concentrou exclusivamente na análise do caso da Rússia e da Ucrânia, o que restringe a generalização das conclusões para outros conflitos internacionais. Além disso, o trabalho privilegiou fontes documentais e jornalísticas que, embora útil para reconstruir a sequência de eventos, pode não trazer todas as nuances das decisões internas do governo russo. A aplicação do método de *process-tracing* permite identificar relações causais e dinâmicas históricas, mas não assegura que todas as variáveis relevantes tenham sido consideradas, especialmente fatores internos, políticos e econômicos que não são totalmente observáveis. Por fim, embora tenha-se buscado comparar duas hipóteses centrais, outras abordagens de Relações Internacionais poderiam oferecer perspectivas complementares sobre o conflito, mas ficaram fora do escopo desta análise a fim do recorte para a pesquisa.

Por fim, ao comparar as duas hipóteses propostas, é possível observar que tanto o realismo estrutural quanto a política revisionista oferecem ferramentas úteis para explicar o comportamento russo. No entanto, no caso específico da Ucrânia, a análise discutida ao longo do trabalho indica que a hipótese do dilema da segurança se encaixa melhor na discussão. As ações russas podem ser interpretadas como respostas a uma percepção de ameaça estrutural, causada principalmente pela expansão da OTAN e pelo alinhamento da Ucrânia com o Ocidente, o que reforça a lógica defensiva da Rússia dentro de um sistema internacional anárquico (Mearsheimer, 2014). Embora a perspectiva revisionista explique a busca russa por restauração de influência e *status* regional, os eventos analisados sugerem que essas motivações foram secundárias em relação à necessidade percebida de garantir segurança e prevenir a perda de poder relativo.

É importante destacar que essas perspectivas não são mutuamente exclusivas, mas oferecem lentes distintas para compreender o fenômeno, como previamente elaborado no início do trabalho. O realismo ofensivo de Mearsheimer reconhece que as grandes potências podem se comportar de forma conservadora, buscando manter sua posição relativa quando outras potências agem para alterar o equilíbrio de poder, porém também revisionista, aproveitando oportunidades para modificar o sistema a seu favor. No entanto, no caso específico da invasão russa da Ucrânia, o comportamento da Rússia se aproxima mais da lógica conservadora, reagindo a percepções de ameaça e à expansão da OTAN, diferindo da perspectiva revisionista apresentada, que enfatiza uma iniciativa deliberada de alteração do *status quo*. Dessa forma,

embora os elementos revisionistas podem complementar a análise ao contextualizar as percepções e objetivos do regime russo na região, a hipótese de Mearsheimer (2014) fornece uma explicação mais coerente e fundamentada para a escalada do conflito.

Referências Bibliográficas

AL JAZEERA. **Medvedev recognises Georgian states**. Al Jazeera, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2008/8/26/medvedev-recognises-georgian-states>. Acesso em: 30 out. 2025.

AL JAZEERA. **Timeline: After months of tensions, Russia attacks Ukraine**. Al Jazeera, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/24/timeline-after-months-tensions-russia-attacks-ukraine>. Acesso em: 30 out. 2025.

BBC NEWS. **Ukraine conflict: Russia launches full-scale invasion**. BBC News, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-60503037>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BBC NEWS. **Ukraine crisis: Timeline**. BBC News, 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-26248275>. Acesso em: 24 set. 2025.

BLOOMBERG. **Putin speech raises alarms in EU**. Bloomberg, 12 fev. 2007. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2007-02-12/putin-speech-raises-alarms-in-eubusinessweek-business-news-stock-market-and-financial-advice>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CHINA DAILY. **Putin's speech at 43rd Munich Conference on Security Policy**. China Daily, 10 fev. 2007. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/world/2007-02/10/content_806469.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

DEUTSCHE WELLE. **Putin slams U.S. for making world more dangerous**. Deutsche Welle, 10 fev. 2007. Disponível em: <https://www.dw.com/en/putin-slams-us-for-making-world-more-dangerous/a-2343749>. Acesso em: 12 jun. 2025.

G1. **Macedônia do Norte assina protocolo de adesão à OTAN**. G1, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/06/macedonia-do-norte-assina-protocolo-de-adesao-a-otan.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2025.

GALEOTTI, Mark. **The Vory: Russia's Super Mafia**. New Haven: Yale University Press, 2017.

KREMLIN. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy.** Munique, 10 fev. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 22 mai. 2025.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics.** New York: W. W. Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John J. **Who caused the Ukraine war?** Substack, 2022. Disponível em: <https://mearsheimer.substack.com/p/who-caused-the-ukraine-war>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MEARSHEIMER, John J. **Why the Ukraine crisis is the West's fault: the liberal delusions that provoked Putin.** Foreign Affairs, v. 93, n. 5, p. 77-89, 2014.

MUNICH SECURITY CONFERENCE. **History of the Munich Security Conference.** Munich Security Conference, 2025. Disponível em: <https://securityconference.org/en/about-us/history/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

NATO. **Albania and Croatia: 15 years as NATO Allies.** NATO Archives, 2024. Disponível em: https://ac.nato.int/archive/2024/ALB_HRV_15y_in_NATO. Acesso em: 03 nov. 2025.

NATO. **Lisbon Summit Declaration.** NATO, 20 nov. 2010. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

NEW YORK TIMES. **Russia and Georgia clash over separatist region.** The New York Times, 8 ago. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/08/09/world/europe/09georgia.html>. Acesso em: 24 set. 2025.

PAIKIN, Zachary. **The war in Ukraine and the Dawn of Russian Revisionism: An English School Approach.** International Journal, v. 78, n. 4, p. 539-555, dez. 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00207020231213607>. Acesso em: 18 jun. 2025.

REUTERS. **Russia has launched full-scale invasion of Ukraine, Kyiv says.** Reuters, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/russia-has-launched-full-scale-invasion-ukraine-kyiv-says-2022-02-24/>. Acesso em: 30 out. 2025.

REUTERS. **Russia's most powerful man suggests apology for 2008 war with Russia.** Reuters, 15 set. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/georgias-most-powerful-man-suggests-an-apology-2008-war-with-russia-2024-09-15/>. Acesso em: 30 out. 2025.

REUTERS. **Russia threatens retaliation as Montenegro becomes 29th NATO member.** Reuters, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/russia-threatens-retaliation-as-montenegro-becomes-29th-nato-member-idUSKBN18W2WG>. Acesso em: 30 out. 2025.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered threats: political constraints on the balance of power.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

SHERR, James. **Russia and the West: the enduring rivalry.** London: Routledge, 2013.

THE GUARDIAN. **Georgia offers ceasefire as Russian troops advance.** The Guardian, 10 ago. 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/aug/10/georgia.russia4>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UNITED PRESS INTERNATIONAL. **EU leaders decry Russia after speech.** United Press International, 12 fev. 2007. Disponível em: https://www.upi.com/Top_News/2007/02/12/EU-leaders-decry-Russia-after-speech/32611171296354/. Acesso em: 24 set. 2025.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to methods for students of political science.** Ithaca: Cornell University Press, 1997.

WALTZ, Kenneth. **The origins of war in neorealist theory.** Journal of Interdisciplinary History, v. 18, n. 4, p. 615-628, 1988.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics.** Reading: Addison-Wesley, 1979.